



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 391 - DE 01 a 15 DE MAIO DE 2010 - R\$ 3,00

Diante da crise capitalista, os exploradores e seus governos preparam mais ataques contra as massas. É preciso estar preparado.

Por um 1º de Maio de Luta de Classes

A burguesia e seus candidatos procuram arrastar as massas para a farsa do circo eleitoral.

A frente de esquerda faliu e se desintegrou.

Combater a burguesia e defender a independência de classe, o programa da Revolução Proletária, as reivindicações dos oprimidos e o método da luta de classes:

VOTO NULO

Abril Vermelho evidencia a luta de classes no campo

Rondônia: operários da construção civil se rebelam

Bolívia: Aplicação da Reforma Educacional e Destruição do Professorado

Paraguai: Estado de exceção, crise política e golpismo

Acabou a farsa do PSB

Para Ciro Gomes, sua candidatura era para valer. Para o PSB, uma moeda de troca com Lula. O ex-governador do Ceará aspira ser Presidente. O objetivo de disputar o cargo máximo, no entanto, não era para vencer – as pesquisas indicavam a polarização Dilma Rousseff e José Serra. O plano consistia em se potencializar para as eleições de 2014. A possibilidade de vitória de Serra é o que mais o animava. A candidata Dilma surgiu circunstancialmente. A crise do mensalão cortou cabeças da alta cúpula do PT.

O DEM e PSDB não conseguiram derrubar o governo de Lula no seu primeiro mandato, nem evitar que o caudilho obtivesse um segundo, mas golpearam duramente suas lideranças. Dilma é produto desse momento. Não tem como manejar a máquina do Estado, principalmente se a crise mundial voltar a arrastar o Brasil nos próximos anos. Ciro prevê que o mar de rosa dos últimos anos perderá suas pétalas. O PSDB estaria em melhores condições de administrar o espinheiro, com Serra na Presidência. E Ciro ganharia uma boa altitude política, tendo sido candidato e sendo oposição. O PSB não é um partido para governar. Trata-se de uma legenda que deu moradia ao pequeno caudilho cearense, depois de ter passado por todo quanto é canto da política burguesa.

O ódio de Ciro a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra responde ao fato de ambos terem bloqueado a sua carreira ascendente no PSDB. Não se pode esquecer que começou o carreirismo no partido da ditadura militar – Arena. Com toda a esperteza adquirida nos bastidores do Estado, Ciro procurou aproximação com o governador mineiro, Aécio Neves, quando ele ainda posava de possível candidato pelo PSDB. O PT se assombrou. Havia a possibilidade de Ciro bandear. Mas a direção do PSB sabia e sabe perfeitamente das limitações do partido e das pretensões de Ciro. Cálculos foram feitos e refeitos. A candidatura de Ciro poderia após as eleições servir

As esquerdas e as eleições

Quando se fala em esquerda nas eleições, via de regra, se refere às correntes que se declaram anticapitalistas, socialistas, classistas, revolucionárias e que obtiveram registro legal para concorrerem às eleições, receberem uma fração de tempo nos meios de comunicação e uma verba pública de campanha. Como se vê, o conceito de esquerda é impreciso e reflete a imprecisão geral de socialista etc. O que importa é a caracterização de que não são partidos da burguesia, como PSDB, PMDB etc. Entre os partidos burgueses há diferenças que permitem conceituar de esquerda, centro e direita. O PT se transformou em partido burguês pelo programa e pela política, mas está à esquerda do DEM. Conforme as circunstâncias, a esquerda burguesa pode ocupar o lugar da direita. Geralmente, acoberta-se o conteúdo de classe dos partidos com a máscara de esquerda e direita. O que também se passa com a esquerda não organicamente burguesa. Acoberta-se o seu conteúdo pequeno-burguês.

Os partidos que expressam ou que procuram expressar a pequena burguesia são mais ou menos radicais, de acordo com a situação política e com o desenvolvimento da luta de classes. Da mesma forma que os partidos burgueses, a organização pequeno-burguesa radical pode passar para a direita. Ocorre que a pequena burguesia não é uma classe independente. Assim, não tem como dar origem a partidos independentes. Ou estão mais próximos da burguesia ou do proletariado. Geralmente, nascem e desenvol-

va qualquer tipo de composição. Principalmente se Dilma ganhasse. Mas o mais seguro era manter a aliança com Lula, que conferiu dignidade aos “socialistas” dando-lhes cargos e considerações políticas. Venceu o cálculo do menos arriscado.

Ciro tinha de renunciar à candidatura. Não o fez. O partido o pôs de escanteio. Nesse conflito, o PSB aproveitou para avançar as negociações com Lula em torno das candidaturas estaduais e da importância dos socialistas na composição do próximo governo. No Estado de São Paulo, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf se filiou ao PSB para se candidatar a governador. O jornal “O Estado de São” noticiou que a direção do PSB pleiteou a Lula que liberasse o PCdoB e PDT, da base aliada, a apoiar o empresário Skaf. Não se sabe qual foi a conclusão.

Agora estão definidas três candidaturas dos partidos burgueses: PT, PSDB e PV. E também as alianças. Como é de praxe, vale tudo nas composições de forças. Passadas as eleições, os adversários se ajeitarão conforme as necessidades da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

É conveniente acompanhar e analisar a luta partidária em torno das candidaturas e alianças porque revelam a decomposição da política burguesa. Decomposição que não se extingue por si só. Os partidos da burguesia se alimentam das ilusões das massas exploradas, carentes do partido revolucionário e, por isso, destituídas da consciência de classe.

A luta da vanguarda por entroncar o programa da revolução socialista com a classe operária e os demais explorados tem de se dar em todos os campos, inclusive no das eleições. Nas condições atuais, a tarefa que se coloca é a de desmascarar a política burguesa e defender no seio dos explorados o programa da revolução proletária.

vem-se como centristas, ora oscilam para posições reformistas, ora para revolucionárias, ora expressam pressões da burguesia, ora da classe operária.

O centrismo evita assumir a tarefa de formular o programa bem definido. O centrismo mais próximo da burguesia é mais explícito quanto à concepção reformista do programa (quase sempre pseudo-programa). O centrismo mais próximo da classe operária dissimula a concepção reformista. No fundo da política centrista, de fato, encontra-se o reformismo. Por ser centrista, o partido abriga frações que se digladiam ou se digladiarão em favor do reformismo ou da revolução.

A carência do partido revolucionário retarda o processo de esgotamento do centrismo. O longo período de calmaria na luta de classes facilita a existência dos partidos centristas. Não têm de testar sua orientação reformista perante o confronto do proletariado com a burguesia. As máscaras de socialistas, classistas e revolucionários podem ser conservadas e usadas sem risco de serem arrancadas pelos grandes acontecimentos da luta de classe.

Eduardo Almeida, do PSTU, incorre em um grave erro ao classificar de “socialistas” o PSOL e o PCB, para convocá-los a formar uma frente de esquerda eleitoral. A conceituação abstrata, neste caso, obscurece a questão prática e programática de uma frente com tais partidos.

O PSOL não é socialista, mas sim socialdemocrata pequeno

burguês. Faz parte do campo da esquerda centrista. Abriga várias tendências pequeno-burguesas, mais à direita e mais à esquerda. Não é por acaso que a fração do MES-EMTL, tendo à testa Heloisa Helena, desconheceu o chamado do PSTU e procurou estabelecer uma aliança com o PV em torno da candidatura reacionária de Marina Silva, que neste exato momento se encontra nos Estados Unidos para apoiar a ofensiva de Obama contra o Irã. Também não é por acaso que a ala mais à esquerda, a APS, fez ouvido moco aos ecos de frente de esquerda do PSTU e decidiu-se pela candidatura de Plínio Arruda Sampaio, que acabou vencendo o MES-MTL na Conferência Eleitoral do PSOL. Não são socialistas! São social-democratas de esquerda.

E o PCB? Também não é socialista, ou seja, não é comunista. É estalinista! Foi no passado o partido que se reivindicou da classe operária. Mas a traiu, colaborando com a burguesia. Praticamente se desintegrou em inúmeras cisões a partir de meados dos anos 50 e principalmente dos 60. Hoje, trabalha por se recuperar. Perdeu toda influência do passado sobre a classe operária. O estalinismo começou como manifestação centrista no seio do Partido Comunista Russo, antigo partido bolchevique. Assim, Trotsky o caracterizou. A traição à Revolução Russa e ao proletariado mundial

Um chamado ao PSTU de frente de esquerda com o PSOL

Marcelo Badaró Mattos, militante do PSOL, divulgou uma carta (“A importância da Frente de Esquerda em 2010: ‘um chamado’ às (aos) camaradas do PCB e do PSTU”) exortando o PSTU e PCB a se enfileirarem por trás da candidatura de Plínio Arruda Sampaio. Apesar de ser uma manifestação pessoal e melancólica, Eduardo Almeida a respondeu, em nome da Direção Nacional do PSTU, provavelmente para oficializar a candidatura de José Maria de Almeida. Nosso interesse é o de analisar a decisão do PSTU de não compor a frente. Mas vale a pena verificar algumas passagens da carta de Marcelo.

A carta começa expondo o nascimento da frente de esquerda em 2006 e reconhecendo a necessidade de uma crítica da experiência. Diz que foi negativo o fato de Heloisa Helena e seu vice fazerem discursos “moderados”, em relação ao programa da frente. Logo em seguida, Marcelo confessa concordar com a avaliação do PCB, que considerou “uma campanha presidencial sem programa, abrindo espaço para a então candidata da coligação expor suas opiniões pessoais que, em muitos casos, não correspondiam nem às de seu próprio partido”.

Esperamos que o autor da carta vá adentrar em conclusões críticas, mas resolve amenizar a constatação da moderação de Heloisa diante do programa ou da inexistência do programa da Frente. Eis: “Porém, também foi avaliado que, apesar dos problemas da campanha, a construção da Frente foi um grande acerto político. Nas palavras de Eduardo Almeida, com as quais eu também concordo.”

Uns dizem que o programa foi contrariado, outros que a campanha foi sem programa. No entanto, Marcelo reduz tais avaliações a “apesar dos problemas da campanha”, “foi um grande acerto político.” Não conhecemos o militante do PSOL para exigir-lhe rigor.

Diante do fracasso de se reeditar a Frente, Marcelo pergunta: “O que mudou de lá para cá?” Em 2006, houve a falsa polarização

culminou com a destruição da III Internacional. Essa caracterização histórica do estalinismo é imprescindível ao se constituir uma frente eleitoral.

Trata-se, portanto, de uma impropriedade antimarxista colocar o PSOL e o PCB no mesmo saco do socialismo.

Em 2006 não houve uma frente socialista entre PSOL, PCB e PSTU, mas sim uma frente oportunista, cujo resultado foi esdrúxulo. Ainda está em nossa memória a candidata Heloisa Helena defendendo posições da Igreja contra o aborto. Em nome de unir “os socialistas” em uma frente de esquerda e em constituir uma alternativa classista, o PSTU se adaptou ao PSOL. Eduardo Almeida não pôde dizer que houve traição, tamanha foi a subserviência de seu partido. E por quê? Porque o PSTU não é marxista, mas centrista.

Evidentemente, o PSTU está em desenvolvimento. Reivindica-se do marxismo, do leninismo e do trotskismo. Distingue-se em grande medida do centrismo socialdemocrata do PSOL e não se confunde com o estalinismo. Mas a sua formulação de frente de esquerda, a experiência concretizada em 2006, a caracterização do PSOL/PCB de socialistas e a ausência de uma severa autocrítica refletem o centrismo, equivale dizer, a ausência do programa bem definido da revolução proletária e da conseqüente tática.

entre Alckmin e Lula. Agora, há a falsa polarização entre Serra e Dilma. O quadro político, em essência, é o mesmo. O que então impediu que as mesmas forças se acertassem em torno de “uma candidatura unitária da esquerda socialista”? Marcelo busca a resposta na “postura do PSOL” e nas suas disputas internas. Porém, avalia que “o obstáculo foi removido”, com a candidatura de Plínio. Não se conforma com o fato de PSTU e PCB resolverem, cada uma para o seu lado, lançar candidaturas próprias.

Marcelo relata que o PCB havia procurado Plínio incentivando sua candidatura. E que o PSTU compareceu no 2º Congresso do PSOL e Zé Maria defendeu a frente de esquerda com Heloisa Helena para presidente. Portanto, Marcelo não compreende por que o PCB e o PSTU mudaram de idéia, justamente quando venceu a candidatura de Plínio, disposta “ao debate estratégico do programa” e à crítica da conduta do PSOL nas eleições de 2006. Quando tudo se ajunta para constituir a Frente, apesar da demora da decisão, o PCB e o PSTU rejeitam a unidade.

O redator da carta desconfia da justificativa de Eduardo Almeida de que não quer a frente porque o PSOL ficou dividido. Retruca: “O que é estranho é que o PSTU não se furtou antes a apoiar uma candidatura no processo interno de debates do PSOL”. Suspeita que o PSTU não mais quer a frente porque Plínio não é bom de voto. Pergunta: “Será que a direção do PSTU avalia que a Frente não pode ser construída com Plínio, porque lhe falta o capital eleitoral de Heloisa Helena?”

Sem dúvida, a suspeita é procedente. No entanto, Marcelo deixa escapar os motivos eleitoreiros que o levaram a chamar o PSTU e o PCB para a “unidade dos socialistas”. Diz: “Queremos sim eleger parlamentares (...) “A fragmentação eleitoral das forças da esquerda socialistas, já tão comprimidas na conjuntura, pode resultar em alguns segundos de propaganda eleitoral gratuita para cada partido (...)

PSTU rejeita a frente de esquerda com Plínio

Em um sucinto comunicado, intitulado “Infelizmente, não vai haver uma frente eleitoral classista e socialista”, o PSTU declara que não haverá uma frente de esquerda para as eleições. Atribui a impossibilidade à crise do PSOL. Plínio não será candidato de um partido, mas apenas de uma de suas frações. E daí que haverá duas campanhas do mesmo partido. Há outra explicação: “A APS defende um programa democrático-popular, semelhante ao apoiado pelo PT em todo o período de direitização desse partido, antes do governo Lula.”

Os dois argumentos são peregrinos. Por que uma frente de esquerda para as eleições tem de ser com o PSOL e não com a fração majoritária que aprovou a candidatura de Plínio na Conferência Eleitoral do Partido? Pelo que se sabe, a divisão interna ainda não configurou dois partidos. E se configurasse, a parte disposta ao insistente chamado à frente de esquerda é a da APS, corrente do Plínio. O argumento da divisão não convence. É um álibi. Quanto ao programa democrático e popular da APS, parece uma sólida razão. Mas o PSTU não constituiu a frente de 2006 com o PSOL e PCB, cujos programas não são distintos do democrático e popular? Por que o programa reformista socialdemocrata do PSOL e o estalinista do PCB não foram analisados pelo PSTU e tomados como critério para se formar ou não a frente de esquerda? Também não convence. A não ser que o PSTU esteja revendo sua tática de frente de esquerda. Se assim for, deverá fazer um severo balanço crítico e autocrítico da frente de 2006.

Eduardo Almeida se viu obrigado a desenvolver a explicação diante da carta de Marcelo Badaró Mattos. Recorreu às acusações do MES-MTL contra a APS de que “a insignificante maioria burocrática instalada no Diretório Nacional” violou a III Conferência Eleitoral Nacional, para impor a candidatura de Plínio. E às acusações da APS contra o MES-MTL de fraudar plenárias, boicotar as ações da direção nacional, etc. Certamente, são sintomas de decomposição prematura do PSOL, cujas sementes herdaram do PT. Mas o PSTU, já em 2006, não sabia que o PSOL era uma secreção do reformismo petista? Ignorava que o ponto de equilíbrio inicial do novo partido se encontrava na pequena caudilha Heloisa Helena? Como ela não aceitou ser candidata pela segunda vez e pleiteou uma aliança com o PV, desencadeou uma luta de foice (sem o martelo) entre suas tendências.

No mesmo sentido, Almeida amplia a crítica em torno da estratégia programática do governo democrático e popular. Diz: “O governo democrático parte de uma visão originada da social-democracia, depois transformada pelo estalinismo numa estratégia da revolução por etapas”. Explica que “um programa não é uma lista de palavras-de-ordem (...) E conclui: “Um programa socialista deve se apoiar no método do Programa de Transição, que se contrapõe à separação estalinista e social-democrata do programa mínimo e programa máximo (...).

PCB lança a candidatura de Ivan Pinheiro

O estalinismo renovado ensaiou uma autocrítica de ter participado na Frente de Esquerda. No lançamento da candidatura própria, Ivan Pinheiro, secretário-geral do PCB e candidato a Presidência, caracterizou a coligação com o PSOL e PSTU de “contrária à política dos comunistas”, uma vez que “não houve uma verdadeira composição programática”. Essa confissão equivale a dizer que a

Estamos de acordo com essas considerações, que há muito o POR as fez à estratégia do governo democrático e popular, renascido no PT e formulado anteriormente no Brasil pelo estalinismo e por correntes foquistas da década de 70. Mas Almeida se omite em apresentar a estratégia de poder do PSTU, que é a do governo dos trabalhadores, com a qual defendeu no passado a votação em Lula. Não se formula a ditadura do proletariado. Como fazer considerações sobre a estratégia de uma corrente reformista, sem expor a estratégia da revolução e ditadura proletárias? Ao não fazê-lo, Almeida constrói uma crítica capenga.

Não só a APS é caracterizada de reformista, mas também o MES-MTL. Eis a afirmação: “(...) Formalmente, o MES critica o programa democrático-popular, mas defende algo semelhante.” Ora, retomamos a questão: Por que o reformismo do PSOL não foi obstáculo à frente de esquerda em 2006? Somente agora, com a negativa de Heloisa Helena de ser a candidata da Frente, com o PSOL esfacelado e com a aprovação na última hora da candidatura de Plínio, é que Eduardo Almeida descobriu que o programa democrático-popular se levanta como obstáculo à formação da frente?

É digna de nota a afirmação de que “duas linhas opostas de programa se apresentam entre setores de oposição à esquerda do governo Lula: uma chamada democrático e popular e outra socialista.” Em 2006, o PSOL assumiu o programa socialista do PSTU? Ou foi o PSTU que transigiu ao programa democrático-popular do PSOL? Como se pode ver, a política de frente de esquerda do PSTU está marcada pela prática. Não tem como mudar seu conteúdo oportunista para um conteúdo principista, sem que se faça um rigoroso balanço dos erros de princípio.

É certo que a frente é uma tática, por isso se aplica em situações concretas, portanto, pode ser modificada. No entanto, a tática não é arbitrária nem vale por si mesma, está determinada pela estratégia, pelo programa. Lênin se cansou de demonstrar e combater a tática oportunista, típica da social-democracia menchevique. Se Almeida fosse às últimas consequências em sua crítica ao programa democrático e popular se surpreenderia com o que iria encontrar – o programa dito socialista do PSTU.

O dirigente do PSTU daria um passo adiante se não fizesse uma crítica manca. Almeida nos mostra como a crítica também pode ser oportunista. No início do texto “De quem é a responsabilidade por não existir uma frente de esquerda em 2010”, nos deparamos com o seguinte parágrafo: “É possível extrair lições dos acertos, mas também dos erros. Pode-se até aprender mais com os erros do que com os acertos caso haja disposição para encará-los, buscar suas raízes e as formas de superá-los.” Bravo, bravo, Almeida! Eis uma premissa que vem do marximo-leninismo-trotskyismo. Mas não vale apenas para acusar o PSOL de não praticá-la. Não encontramos nas críticas e refutações do dirigente do PSTU à APS o mesmo critério.

Frente de Esquerda de 2006 – considerada coligação eleitoral pelo PCB – foi oportunista. Não podemos esperar do estalinismo uma explicação consequente dos motivos.

De fato, como relata o texto “Por que o PCB vai apresentar candidatura própria nas eleições presidenciais”, do Comitê Central, não houve Frente de Esquerda, na prática dissolvida “dois

meses antes das eleições”. Ao lado da crítica de que não existiu um programa, o PCB traz outras justificativas, como a de que os parlamentares eleitos – todos do PSOL –, como o esforço dos três partidos, trataram os mandatos como suas propriedades. Verificou-se que os parlamentares do PSOL agem por si mesmos, como se passa na política burguesa.

Mauro Luiz Iasi, da Comissão Política Nacional do Comitê Central do PCB, como Eduardo Almeida do PSTU, se viu na obrigação de responder à carta de Mauro Badaró. No texto “Duas ou três campanhas eleitorais, mas apenas uma campanha política”, explica que há um entendimento diferente sobre o caráter e a forma de funcionamento de uma frente. Defende que a Frente tem de fazer “um esforço permanente de articulação política e de iniciativas que permitam o contraponto necessário ao consenso conservador”, portanto, “a frente de esquerda não pode se limitar a uma mera coligação eleitoral.”

Não obstante, Mauro Luiz acaba revelando a principal causa do PCB não querer reeditar a frente. Ou seja, a dos nomes das candidaturas. Explica que os pecebistas estavam dispostos a discutir o programa e, a partir daí, decidir as candidaturas. Conclui: “Não podemos aceitar ‘candidaturas naturais’, ‘cálculos sobre viabilidade eleitoral’, hegemonismo de nenhuma espécie ou qualquer outro critério que venha ocupar o lugar da discussão política e da construção coletiva de alternativas.”

Na realidade, a concepção de frente e a questão do programa não foram os principais obstáculos, mas sim a hegemonia do PSOL.

Posição da União Nacional dos Estudantes (UNE)

Reuniu-se o 58º Conselho Nacional de Entidades Gerais (Conneg), de 22 a 25 de abril, para aprovar uma moção de neutralidade da UNE frente às eleições presidenciais. A corrente Articulação de Esquerda, do PT, apresentou uma moção de apoio à Dilma Rousseff e de rejeição a José Serra. Acabou por retirá-la diante da resistência da maioria da direção da UNE, composta por uma frente que engloba o PCdoB, PT, PSB, PDT e PMDB.

A decisão de não apoiar nenhum dos candidatos e de apenas apresentar propostas para os postulantes à Presidência da República causou surpresa. A direção da UNE é inteirinha pró-Lula, seus militantes estão vinculados aos partidos da base governamental e sua dependência ao Estado arraigou-se na gestão de Lula. Certamente, trata-se de uma manobra. A UNE estará a serviço da coligação pró-Dilma.

O disfarce da neutralidade tem sentido quando verificamos: 1. A classe média, em grande parte, está com Serra, de forma que a pequena burguesia estudantil refletirá essa tendência; 2. Serra tem apresentado melhores condições para ganhar. Parte significativa

O PCB se desmancha em elogio a Plínio de Arruda, mas sua candidatura estava posta como condição da frente. Equivale dizer que o PCB e o PSTU teriam apenas de aderir a ela sob a máscara de Frente de Esquerda. A principal reclamação do PSTU também é essa. Eduardo Almeida esbraveja contra a “atitude imperial” do PSOL e por tratar os aliados “como se fôssemos sublegenda do PSOL.” Uma das condições para sair a frente era garantir “um diálogo entre iguais e não uma imposição de um partido sobre os outros.” (Opinião Socialista, nº 399)

A confluência do argumento programático e de hegemonismo entre o PCB e PSOL para se desresponsabilizarem de não se constituir a unidade tem suas raízes na Frente de Esquerda oportunista. PCB e PSTU serviram à política do PSOL, mais precisamente da fração comandada por Heloisa Helena. Os estalinistas e os “trotskistas” serviram de sublegenda ao PSOL da pior forma possível – Heloisa Helena desconheceu os “aliados” e zombou de todos. Essa é a mais pura verdade.

No final, os três partidos comparecerão aos eleitores que votaram em Heloisa Helena sem expor as reais causas da frente não ser reeditada. Para o PSOL, é menos problemático. Plínio e a APS querem a frente, com discussão do programa e com a promessa de que agora tudo será diferente. Em pior situação, estão o PCB e o PSTU que disputarão os mesmos votos da frente socialista de 2006, sem poder dizer que gato escaldado tem medo de água quente. Não querem servir de sublegenda ao PSOL.

da burguesia está com a candidatura do PSDB; 3. Nos estados, as coligações serão de todo o tipo, envolvendo não só os partidos da base aliada como também da oposição; 4. A candidatura de Marina Silva atrai parte da juventude estudantil; 5. A UNE conta com apoio de todos os partidos, inclusive de Serra, para que seja aprovada a verba de reconstrução da sede da UNE, destruída pela ditadura militar.

Os comentaristas da burguesia, via de regra pró-Serra, elogiaram a neutralidade como posição de independência. Falso. Não há independência. A direção da UNE trabalhará para arrastar os estudantes por trás da política burguesa. Circunstancialmente, Dilma é que melhor a expressa, segundo o julgamento do PCdoB, PT, PSB etc.

Há muito a direção estalinista e reformista logrou estatizar a UNE, distanciando-a das massas estudantis e transformando-a em um aparato de participação na política burguesa. A luta pela liquidação da política estalinista e reformista na UNE é essencial para independizá-la frente ao Estado e aos partidos da burguesia.

Voto nulo, em defesa da independência dos explorados

Na impossibilidade de candidaturas revolucionárias, apresentadas no programa da revolução social e comprovadas pelo método da ação direta, está colocado o voto nulo. As candidaturas dos partidos de esquerda nasceram minadas

pelo oportunismo. A defesa do voto nulo é a via de independência que se apresenta nas circunstâncias e o meio para o POR combater a burguesia com o programa da revolução e ditadura proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Abril Vermelho evidencia a luta de classes no campo

As jornadas do Abril Vermelho realizaram mais de 50 ocupações, bloqueios e marchas. Houve ocupação de terras improdutivas, das sedes do Incra em vários estados, da Delegacia do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul, bloqueio da estrada que dá acesso ao canteiro de obras da Usina em Rondônia, marchas de mulheres e protestos nas capitais. O dia 17 de Abril, data da chacina de Eldorado dos Carajás, marca as jornadas históricas do MST. A jornadas têm como estratégia a exigência do cumprimento do Plano de Reforma Agrária. As marchas, protestos e ocupações acabam escancarando os graves problemas que assolam o campo e a vida dos sem-terra.

O avanço da criminalização sobre o MST

Os deputados da bancada ruralista no Congresso Nacional criaram a CPMI, um instrumento que tem como objetivo reunir supostas provas materiais para punir o MST, como organismo responsável pelas ocupações e conflitos no campo.

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o capacho dos latifundiários, Gilmar Mendes, criou o Conselho Nacional de Justiça, dizendo se tratar de um grupo de trabalho para prevenir os conflitos fundiários. Falso. O CNJ foi instituído para combater a ação do MST no Pará e em Pernambuco. Quer que o trabalho do CNJ se desenvolva com o auxílio da polícia. Pretende agilizar os mandados de prisão de lideranças, conter as ocupações, julgar mais rapidamente os ocupantes de terra e, finalmente, oferecer os subsídios para a CPMI condenar o MST com multas e com o impedimento de receber contribuições financeiras do Estado. Será mais um órgão da Justiça a favor da burguesia agrária e de proteção à propriedade privada da terra.

Em resposta ao Abril Vermelho, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) criou um escritório especializado para defender a propriedade privada da terra e os direitos dos latifundiários atingidos pelas ocupações. O escritório da CNA faz parte da investida “Vamos Tirar o Brasil do Vermelho – Invasão é Crime”. Foi inaugurado pela senadora ruralista Kátia Abreu/DEM. A finalidade é abrir uma larga campanha contra as ocupações e coletar um milhão de assinaturas para poder criminalizar o MST.

Está claro que a burguesia e seu governo não podem fazer a reforma agrária de forma que incorpore todos os sem-terra, proteja os pequenos agricultores e penalize os latifundiários. Não há outra resposta às reivindicações do MST e às ocupações de terra senão a violência. A questão que se coloca é a de rechaçar a criminalização e organizar a auto-defesa.

O crescimento da penetração do capital estrangeiro

No ano de 2000, as empresas internacionais na indústria da cana tinham 1%. Em 2010, saltou para 20%. De 2000 a 2009, foram realizadas 99 fusões e compras de usinas no Brasil. Sendo que metade delas (45) ocorreu entre 2007 e 2009. A Syngenta comprou terra em 2009, em São Paulo, para produzir mudas de cana; a multinacional Bunge, 2010, comprou 4 usinas do Grupo Moema; a Odebrecht se uniu à japonesa Sojitz e controla 5 usinas, duas em São Paulo, uma em Goiás e duas em Mato Grosso. Esses são alguns exemplos da tendência de agi-

gantamento da concentração de capital e de monopolização, que como tal conduz à desnacionalização.

Na indústria dos agrocombustíveis, é o setor em que o capital estrangeiro mais tem avançado. O agronegócio favoreceu também a concentração da propriedade da terra.

O combate à penetração imperialista no campo é parte do programa proletário da revolução agrária. O governo democrático e popular do PT serviu aos imperialistas, entregando terras e facilitando a instalação das multinacionais. A luta camponesa pela terra implicará a expropriação e coletivização da grande empresa.

O enorme contingente de pessoas por acampamento

A quantidade de pessoas por acampamento era 2.755, em 2008. Um ano depois, passou para 4.176. Estima-se que existam cerca de 500 mil acampados em todo o país.

A concentração de terras, o fortalecimento do agronegócio e as dificuldades do governo Lula de cumprir as metas dos assentamentos só fazem crescer a situação de miserabilidade em que se encontram as famílias nos acampamentos.

A política de assentamentos da direção do MST não erradicará o fenômeno da expulsão dos camponeses das terras e não dará acesso à terra aos milhões de pobres do campo. A reivindicação do movimento de reforma agrária, com base na desapropriação, indenização e subsídios aos assentados, se mostrou falida diante do poder da burguesia no controle do Estado. Nenhum governo burguês poderá cumprir a tarefa democrática da reforma agrária, porque implica enfrentar a ditadura de classe da burguesia.

O Estado, com suas leis, os poderes constitucionais e a polícia, é a expressão das relações de propriedade e exploração do trabalho. Não há como arrancar as terras das mãos dos latifundiários e da agroindústria sem enfrentar por meio da luta de classes o aparato estatal. Com a aliança operária e camponesa, os explorados terão força para enfrentar o conjunto da burguesia.

A violência no campo

O movimento dos sem-terra está obrigado a ocupar as grandes propriedades. É fato que houve, durante o governo Lula, uma redução do número de fazendas ocupadas. No ano de 2008, ocorreram 252 ocupações; em 2009, foram 290. Um crescimento débil diante do aumento dos acampados e da diminuição dos assentamentos. E o conflito no campo continuou violento.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a quantidade de conflitos em 2008 foi de 1.170; em 2009, 1.184. Cresceu o número de ameaças de mortes (90 para 143); de presos políticos (168 para 204); de camponeses torturados (6 para 71); de famílias expulsas da terra (1841 para 1884); do número de roças destruídas pela ação dos jagunços pagos pelos latifundiários (163% para 233%) e de despejos pela ação da Justiça/polícia (de 9.077 para 12.388). Soma-se a essa barbárie, as mortes de lideranças no campo. Nos últimos 4 anos, foram assassinados 1.469. Os pistoleiros, jagunços e milícias agem a mando dos latifundiários e das empresas de madeira e de

mineração.

As jornadas de Abril denunciaram os crimes contra os camponeses e suas lideranças. Mas os trabalhadores têm a tarefa de lutar contra a violência desfechada sobre os camponeses. Exigir punição aos assassinos e atendimento imediato das reivindicações do movimento. Não há outra saída senão organizar a auto-defesa armada.

O compromisso de Lula com a burguesia agrária

A direção do MST não mediu esforços para que Lula fosse eleito em 2002 e 2006. Acreditou na promessa de ampliar os assentamentos, realizados no governo Fernando Henrique. Ajudou na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária. Entregou, em 2005, por meio de uma marcha de camponeses à Brasília, uma carta de reivindicações, que constava a prioridade do assentamento às famílias que viviam nos acampamentos, a atualização dos índices de produtividade, a garantia de recursos para a desapropriação de terras entre outras. E houve um compromisso do governo em pôr em prática esses pontos.

Lula está encerrando o mandato de 8 anos. A pauta de reivindicação do MST continua a mesma. Poucos assentamentos foram feitos, sendo que 65% ocorreram na Amazônia, fruto da chamada "regularização fundiária". Na realidade, criou uma Medida Provisória (MP-458), transformada em Lei 11.952/2009, que regularizou a grilagem de terra pública na Amazônia Legal. Permitiu que o bando ruralista do Congresso Nacional, chefiado pela senadora grileira Kátia Abreu, impusesse a CPMI sobre o MST. E deixou o Judiciário livre para reprimir e prender as lideranças do movimento, enquanto que nenhum crime da burguesia e nenhuma chacina de camponeses tiveram seus mandantes punidos.

As experiências de mais de duas décadas de existência do MST são suficientes para se concluir que nenhum governo burguês assumirá a causa dos camponeses. E que a distinção entre governo de direita (FHC) e de esquerda (Lula) não modificará essa conclusão. Os dados anteriormente apresentados são a prova. A direção do MST não mais pode ser criticada por ter

Assassinatos no campo: Mais um tomba na luta contra o latifúndio

No dia 21/4, o líder comunitário José Maria Filho foi assassinado com 19 tiros no município de Limoeiro do Norte, no Ceará. O crime de pistolagem a mando do agraídnegócio expôs a brutal violência que os trabalhadores sofrem na região desde os anos 90 quando foram expulsos de suas terras. A Chapada do Apodi, na divisa do Ceará com o RN tem sido alvo da expansão da fruticultura exportadora nos últimos anos. O que tem causado a expulsão de milhares de camponeses de suas terras, com a ajuda dos governos que investiram milhões em crédito e infraestrutura para as multinacionais.

Nos últimos anos, a luta dos trabalhadores na região contra as multinacionais pela reterritorialização de suas terras ganhou novas dimensões com o movimento por melhores condições de moradia, trabalho e de saúde, que ocupou grande parte das manchetes sobre os conflitos na região por conta do uso indiscriminado de agrotóxicos, responsável pela contaminação do solo, da água e dos alimentos.

ilusão no reformismo petista. A insistência em apoiar Lula expressa uma política reformista pequeno-burguesa. A mudança dessa linha no movimento camponês depende da classe operária organizar o partido revolucionário e lutar com seu programa pela emancipação da maioria oprimida.

Latifundiários assassinam Arnaldo

Quando fechávamos a edição deste Jornal, mais um militante do MST tinha sido assassinado. Trata-se de Arnaldo, técnico agrícola do assentamento Catalunha, localizado em Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco. Trabalhava, também, como professor do curso "Saberes da Terra". Jagunços estavam na espreita. Assim que Arnaldo chegou na porta de casa, no assentamento, foi alvejado no dia 26 de abril. Arnaldo, Dorothy, Neguinho e outras centenas de militantes pagaram com a vida a defesa da terra.

As organizações operárias, camponesas, populares, estudantis e demais sindicatos de trabalhadores têm o dever de dar um basta aos assassinatos dos lutadores. Sair das denúncias e organizar o combate nas ruas contra os crimes da burguesia. Para isso, é necessário constituir um tribunal popular com representações fabris e agrárias. Um tribunal popular que expresse a mobilização e a aliança operária e camponesa.

Não se pode confundir esse organismo de luta com a teatralização. Os tribunais populares não são palcos de representação das mortes e da ação do agronegócio e latifúndio, como o que ocorreu no dia 22 de abril, em Pernambuco. Montou-se uma cena com um corpo de jurados e advogados de defesa e de condenação e conclui-se que os "responsáveis pelo crime continuado de genocídio contra os povos indígenas, negros, contra membros das subalternas periferias das grandes cidades e no campo seja relegado ao estranhamento... ao exílio da história". Os crimes da burguesia têm de ser julgados e punidos pelas mãos dos explorados. Os tribunais populares são instrumentos de ação de massa contra a violência reacionária dos capitalistas do campo.

A cobertura dada pela imprensa ao caso é noticiada como uma luta do movimento ambientalista, como se a luta pela terra, principal problema dos trabalhadores da região, estivesse desvinculada da questão ambiental e da saúde. José Maria era o presidente da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi, sua luta e da comunidade Sítio Tomé ganhou dimensão maior em torno da questão dos agrotóxicos, por conta do elevado índice de leucemia na população.

O aumento da escalada da criminalização dos movimentos sociais e o controle dos mesmos pelas burocracias têm feito os trabalhadores reféns da burguesia e dos governos. É preciso retomar o caminho das lutas com as ocupações de terras e de prédios públicos. As atividades do Abril Vermelho no Ceará apontam o caminho, o MST nos últimos dias tem feito uma séria de atos e ocupações de prédios públicos na capital, muito embora a pauta ainda fosse limitada e não entrasse em choque com os governos que apoiam o agronegócio.

Combater a miséria e pobreza com o programa da classe operária

12,6% da população vive com menos de ¼ do salário mínimo

32% com meio salário mínimo

Os dados acima são do governo. Certamente, os números podem ser piores. A pesquisa atinge os cadastrados em programas oficiais de transferência de renda. São do Ministério da Previdência e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O salário mínimo tomado como referência é o de R\$512,00, que mal dá para comer.

Tomando o dado de 12,6% de “indigentes”, o Bolsa-Família atinge 1,3%. Outros 9,5% dependem da Previdência Rural e do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas). Entre os indigentes estão trabalhadores rurais aposentados e idosos que sequer conseguiram se aposentar.

Se se levar em conta os 32% da população que têm renda mensal de meio salário mínimo, caracterizado como “pobreza”, no Bolsa-Família está 1% e na Previdência Rural e no Loas, 10,7%. Portanto, o restante vive à mingua.

Nessa massa humana de famintos, estão os 8 milhões de trabalhadores rurais aposentados, 3,1 milhões de idosos acima de 65 anos e deficientes físicos e 12,37 milhões de famílias que recebem o Bolsa-Família. Os cálculos, retirando a Previdência Rural, o Loas e o Bolsa Família, são de 23,4 milhões de indigentes e 43,7% de pobreza. O que significa que mais da metade da população é de mi-

Que nenhum trabalhador ou aposentado receba menos que o necessário para manter sua família, em nossos esse valor é de R\$3.500,00. O que implica a luta pelo emprego a todos. Que nenhum trabalhador e nenhum jovem esteja fora do trabalho. Para isso, a reivindicação de defesa do emprego é a da escala móvel das horas de trabalho. Divisão das horas nacionais entre todos os aptos ao trabalho, sem redução do salário. A fome e a miséria podem ser erradicadas por meio do programa da classe operária e dos métodos da luta de classes.

seráveis. Os números ficam mais alarmantes se se contar que milhões de trabalhadores e aposentados estão na faixa dos que recebem um salário mínimo, portanto, para o governo, estão fora da lista dos indigentes e dos pobres.

O fato é que, no Brasil, a grande maioria da população está condenada à fome e à miséria. Os programas de transferência de renda são paliativos que servem para ludibriar um contingente enorme da população, que não tem outra saída senão se cadastrar nos programas assistencialistas do governo. Certamente, os politiquinhos arrastarão essa massa de famintos para as eleições. Usarão as ameaças de cortes de tais programas para encabrestar os milhões que dependem das esmolas.

A classe operária, os camponeses e demais explorados devem tomar em suas mãos a defesa da vida da maioria da população. O que implica a luta pelo salário mínimo vital. **Que nenhum trabalhador ou aposentado receba menos que o necessário para manter sua família, em nossos esse valor é de R\$3.500,00. O que implica a luta pelo emprego a todos. Que nenhum trabalhador e nenhum jovem esteja fora do trabalho. Para isso, a reivindicação de defesa do emprego é a da escala móvel das horas de trabalho. Divisão das horas nacionais entre todos os aptos ao trabalho, sem redução do salário. A fome e a miséria podem ser erradicadas por meio do programa da classe operária e dos métodos da luta de classes.**

Jornadas de trabalho chegam a 59 horas semanais

As empregadas domésticas com carteira assinada trabalham até 54 horas semanais. As que não possuem registro em carteira estão sujeitas a uma média de 59 horas. A região Nordeste é a que possui as maiores jornadas e com o menor número de trabalhadoras com carteira, a exemplo de Fortaleza onde somente 14% têm registro e 63% são informais e as jornadas são de 50 e 53 horas semanais respectivamente. No Sudeste, a situação não é tão diferente: São Paulo conta 36% de domésticas registradas e as jornadas são em média de 44 horas. Sobre o trabalho informal pesa as maiores jornadas e os salários mais baixos.

A jornada de trabalho para as domésticas não é determinada por lei. Os demais trabalhadores estão submetidos à jornada de 44 horas semanais. No Congresso Nacional, existe uma Emenda Constitucional para estender às domésticas os mesmos direitos dos outros trabalhadores. Mas não saiu do papel. Desde 1989, logo após a Constituição de 1988, há propostas de regulamentação da jornada e de multas aos empregadores que contratam sem registro de trabalho. Porém, tudo se transfor-

ma em letra-morta no Congresso quando se trata da defesa da vida dos trabalhadores.

As Centrais Sindicais estão reivindicando a redução da jornada para 40 horas semanais. Até agora o governo Lula não conseguiu impor ao Congresso essa mudança constitucional. Para que as trabalhadoras domésticas tenham esse direito, caso venha a ser implantado, é preciso primeiro estabelecer em Lei o direito à jornada de trabalho para esse setor.

Está aí por que a luta pela jornada de trabalho não é de conversa (“pressão”) de parlamentares. Para impor a jornada, os trabalhadores com carteira e sem carteira, empregados e desempregados e os explorados em geral devem ganhar as ruas em manifestações massivas, parando a produção. O governo e a corja de ladrões do Congresso Nacional só ouvem quando os trabalhadores deixam de produzir e saem a ruas reivindicando seus direitos.

A luta das domésticas é a luta de todos os trabalhadores contra a brutal exploração do trabalho.

Lula e a burguesia brasileira se mostram impotentes

Os Estados Unidos sustentam um programa bilionário de proteção ao capital agrícola. Graças ao gigantesco subsídio mantêm a competitividade e defendem-se como maior exportador mundial de alimentos. Países como o Brasil ultrapassaram alguns produtos agrícolas norte-americanos, reduzindo o custo de produção. Graças ao protecionismo, os Estados Unidos não perdem a concorrência. É o caso do algodão.

Em 2002, o Brasil entrou com uma ação contra o subsídio. Dois anos depois, a Organização Mundial do Comércio (OMC) deu causa favorável aos exportadores brasileiros de algodão. Durante anos ficou correndo o processo pelos canais burocráticos. Em 2009, a OMC já não teve como acobertar a protelação norte-americana e aprovou o direito do Brasil retaliar. Foram sete anos de manobra nos bastidores da OMC. Mas, finalmente, o processo chegou ao fim e os Estados Unidos teriam de arcar com as respostas econômicas do Brasil, previstas em acordo internacional.

A OMC saiu do conflito e o caso passou a ser de responsabilidade dos dois países: uma potência e uma semi-colônia. Como o governo Obama não se importou, Lula decidiu usar o direito de retaliação, ou seja, de taxar produtos norte-americanos. Logo descobriu que tais medidas a serem aplicadas sobre uma centena de mercadorias não demoveriam os gringos. Então se deu o início à consulta pública na OMC para saber se poderia usar como barganha o direito de propriedade. Ficou determinado que em 7 de maio de 2010 o Brasil poderia iniciar a retaliação de 102 produtos, no valor de 829 milhões de dólares, incluindo a quebra de patentes. Em março desse ano, o Congresso norte-americano ameaçou rever as “vantagens” do Brasil, garantidas pelo Sistema Geral de Preferência (SGP), que reduz as tarifas de importação de bens manufaturados. A chantagem é descarada. A Fiesp a tomou para si e pressiona uma solução acordada. Lula se mostrou temeroso com a rota do conflito.

O Brasil imporia as sanções previs-

tas? Teria disposição para enfrentar a potência? O governo Lula seria apoiado pelos capitalistas brasileiros? Resultado: um apelo servil do Presidente brasileiro - “Eu queria pedir para o companheiro Obama que coloque suas pessoas para negociar rapidamente. O Brasil não tem nenhum interesse em nenhuma confrontação com os Estados Unidos.” Em seguida, faz o comentário choroso: “O que nós estamos fazendo é dizer aos Estados Unidos que não importa o tamanho de cada um de nós, não importa a riqueza de cada um de nós. Todos nós somos países soberanos, tratados em igualdade de condições.” (O Estado de São Paulo, 11/3)

Quanto mais Lula se esforçava por convencer o imperialismo que o Brasil é soberano, mais evidenciava a subserviência. A impostura da soberania se manifestou no resultado da pretensa retaliação. Os Estados Unidos ofereceram uma compensação de 147,3 milhões de dólares, na forma de um fundo a ser revertido para os capitalistas brasileiros. A retaliação de 829 milhões se transformou em 147 milhões, calculados pelos árbitros da OMC. O Brasil literalmente se vendeu e foi comprado, aliás em prestação, uma vez que o fundo será composto em parcelas. Lula vendeu a causa ganha e Obama comprou a sua vitória. Atendeu ao apelo desesperado do grande presidente brasileiro. Apresentou uma oferta de titica de águia. E o garnisé soberbo a engoliu.

Mas a teatralização é levada a sério pelo “governo democrático e popular do PT”. Lula pensa ter agido em defesa não de limitados interesses dos capitalistas nacionais, mas da ordem mundial do capitalismo. Exortou a burguesia norte-americana a respeitar o ordenamento internacional que ela mesma criou. No caso, a OMC. Como os Estados Unidos podiam desconhecer as regras desse organismo que substituiu o Gatt para garantir maior segurança nas relações comerciais entre os países, sendo que foram o principal arquiteto?

Na Casa Branca, devem explodir risos. Não somente a OMC está a serviço de seus criadores, mas todos os orga-

nismos internacionais. George W. Bush não mandou às favas o Conselho de Segurança da ONU e invadiu o Iraque, depois de montar a grande mentira das armas atômicas e químicas? A Agência Internacional de Energia Atômica e o seu Tratado de Não Proliferação Atômica não têm sido sistematicamente violados pelos Estados Unidos, ao não se cumprirem as cláusulas referentes aos países que detêm armas nucleares? Na Casa Branca, devem mesmo se rir de Lula.

O governo petista não apenas exorta as potências a agirem de igual para igual, reclama os direitos dos países pobres. O ex-metalúrgico que virou Presidente do Brasil aspira incluir os povos miseráveis na civilização capitalista mundial. O caso do algodão é um dos exemplos. Lula comparou o Brasil com a África. Os subsídios norte-americanos atingem mais brutalmente os africanos, que não têm as condições agrárias tão favoráveis e desenvolvidas como as do Brasil. Logo, a causa do algodão é mais ampla.

O samaritano tomou as dores da África: “O países prejudicados são sobretudo africanos, os países pequenos, porque se os americanos continuam botando subsídios para os seus produtos, os pequenos produtores africanos não têm onde vender seu algodão”. Lula acredita que está havendo uma mudança para melhor no mundo capitalista. Que o Brasil hoje e amanhã muito mais tem condições de interferir no rumo da melhora, graças ao aumento de seu peso econômico. A causa do Brasil é mesma dos países atrasados e pobres, embora a economia brasileira esteja se alçando ao nível de potência. Se a África – um imenso continente imerso na pobreza – tiver acesso aos mercados dos ricos, “o comércio vai ficar mais justo (...) e a gente vai ter menos guerra e muito mais paz”.

O caudilho dá a entender que a vitória do Brasil na OMC é uma vitória de todos injustiçados pelo protecionismo dos Estados Unidos. Assim que Obama estipulou a compensação aos capitalistas brasileiros, os governos africanos

envolvidos com a quebra do protecionismo norte-americanos pediram ao Brasil uma cópia do acordo. Não foram atendidos, sob a alegação de que não há um acordo assinado, mas apenas uma disposição documentada em cartas. Países produtores de algodão, como Chade, Burkina Fasso, Mali etc, exigiram que parte da indenização fosse distribuídas a eles. A Associação Brasileira de Produtores de Algodão, que moveu a ação na OMC, vetou qualquer repasse. Alegou que a causa foi ganha pelo Brasil e que os africanos não aceitaram dela participar.

Lula ficou caladinho. Deixou o Itamarati dizer não aos pobres africanos, que necessitam de um “comércio mais justo”. Eis o que disse um representante da África: “O acordo pode ser bom para o Brasil, mas não para a luta contra os subsídios.” (O Estado de São Paulo, 10/4). Engano dos africanos, não

foi bom para o Brasil, mas sim para os Estados Unidos que mantiveram os subsídios e para os capitalistas brasileiros que receberam uma ajuda de custo. Para o Brasil, restou um governo falastro, que quer humanizar o capitalismo ao som da lira.

Os acontecimentos do subsídio ao algodão trazem à tona a prepotência e a opressão geral do imperialismo sobre as economias atrasadas. O capitalismo do Brasil é muito superior ao capitalismo dos países africanos produtores de algodão. No entanto, não deixa de ser atrasado e submetido ao imperialismo. Tem a vantagem de poder bancar uma ação na OMC e ameaçar com retaliação. Essa capacidade se deve, não obstante, à ampla penetração das multinacionais e à ampla presença do capital financeiro externo na economia interna. A burguesia brasileira tem em suas mãos um trunfo extraordinário, que são os inte-

resses do imperialismo. Lula poderia usá-lo, mas não o fez. Foi obrigado a aceitar uma esmola.

Estamos diante de uma evidência da caducidade da burguesia para defender o país e seus próprios interesses frente às imposições do imperialismo. A classe operária é a força social capaz de travar a luta anti-imperialista. Mas não para defender as posições da burguesia ou da nação em abstrato. A luta pela emancipação da semicolônia permanece. Com todo o seu desenvolvimento, o Brasil continua semicolonial e dependente. A luta pelo rompimento com o imperialismo é parte fundamental do programa da revolução proletária. Com a expropriação da grande propriedade e sua transformação em propriedade socialista, o Brasil poderá se voltar para a África com a bandeira da revolução mundial, sem a qual não haverá relação cooperada, justa e pacífica.

Acusamos o governo do PT na Bahia

A chegada da época de chuvas na Bahia traz novamente à cena do cotidiano desespero, sofrimento e pânico para os explorados. Não bastasse a situação de exploração, descaso e miséria em que se encontram na sociedade de classes, cuja essência é o sistema econômico e social de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas e a imposição das mais profundas privações, os explorados têm de enfrentar os efeitos da grande quantidade de chuva que atingiu vários estados do país e, em particular, a Bahia, nos últimos dias. Problemas como enchentes, alagamentos de ruas e casas, isolamento de bairros, cortiços e favelas por causa das águas, deslizamento de encostas, doenças e morte de pessoas soterradas atingem em cheio os moradores dos bairros populares e dos subúrbios, mostrando que as causas da miséria não se encontram na natureza, mas na organização da sociedade capitalista e na miséria das massas.

Diante do abandono e do desespero dos explorados, a burguesia, seus governos e a mídia manifestam a sua hipocrisia, procurando jogar nas costas dos próprios trabalhadores e desempregados a culpa pela situação em que se encontram. Se não morassem nas encostas, morros, lixões, favelas e cortiços

não passariam por esta situação. Assim dizem: basta saírem dos atuais locais de moradia, cabe ao governo tomar as medidas imediatas de retirada das famílias dos locais. A pergunta que deveriam fazer é: por que os trabalhadores e demais oprimidos são obrigados a morar em condições deploráveis? Por que são os mais atingidos com as chuvas e deslizamentos? Para onde iriam as famílias depois de retiradas dos locais de alagamento e soterramentos? Não respondem.

Na verdade, os capitalistas e seus governos escondem que os problemas advindos das chuvas, enchentes e deslizamentos têm como causa as condições de miséria, fome, desemprego e as péssimas condições de moradia e sobrevivência dos trabalhadores. Portanto, não são em última instância produtos da chuva, mas da exploração capitalista. Mas os governos de Jaques Wagner (PT) e João Henrique (PNDB) aproveitam a situação de opressão das massas para tirar dividendos eleitorais, por isso comparecem todos as vezes em que os temporais atingem as massas para se apresentarem como salvadores filantrópicos, para tanto reivindicam mais verbas federais para supostamente amparar as famílias desabrigadas. Puro engano. A situação

de miséria só tende a aumentar com a crise do capitalismo e o descaso dos governos burgueses.

Nas últimas horas, além de Salvador, o número de famílias desabrigadas tem aumentado em cidades do interior como São Francisco do Conde, Santo Amaro, Lauro de Freitas e Alagoinhas. Na capital, dois meninos, de 2 e 6 anos, morreram soterrados. Bairros como Alto da Terezinha, Paripe, Sussuarana, Periperi, Brotas e Castelo Branco foram atingidos duramente e as famílias perderam suas moradias precárias, móveis e roupas.

Essa situação de miséria das massas só será definitivamente superada com a destruição da sociedade capitalista e a exploração dos trabalhadores. Para tanto, os trabalhadores e demais atingidos pelas chuvas têm de se organizar pelo método da ação direta (ocupação de ruas, avenidas e prédios, manifestações, mobilizações, etc.) para impor aos governos as suas reivindicações de moradia, emprego, saúde e educação. Devem contar com a solidariedade de operários, estudantes e camponeses, através da unidade na luta dos explorados. Essas reivindicações devem estar associadas à luta pela superação das causas da atual situação de exploração e miséria dos trabalhadores e demais oprimidos.

Professores-SP

PSDB e DEM criminalizam a Apeoesp

O PSDB e o DEM (Serra/Goldman/Kassab) exigiram que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenasse a Apeoesp e Maria Izabel ao pagamento de uma multa no valor de 25 mil reais para o sindicato e o mesmo valor para a presidenta. Alegando “propaganda eleitoral antecipada negativa” contra Serra, o TSE favoreceu o candidato à Presidência da República. O PSDB e DEM utilizam a Justiça para criminalizar o movimento grevista e golpear o sindicato. Por outro lado, a Justiça não faz senão proteger partidos corruptos, como é o caso do DEM (recentes propinas do governo de Brasília e falcatruas da merenda escolar da prefeitura de São Paulo) e do PSDB (esquema montado por Eduardo Azeredo do mensalão de Minas).

A Justiça, marionete dos capitalistas e dos partidos burgueses, apoiou-se na lei eleitoral 9.504/97, criada por eles, para punir o movimento grevista. Diz assim: foi (greve) “utilizada para fazer críticas e veicular propaganda negativa do PSDB...levando o eleitor a nele não votar nas eleições que se avizinham”. E conclui determinando a pena máxima.

A política dos governos e dos patrões de usarem a Justiça para condenar os sindicatos pelas greves e manifestações tem sido prática corriqueira nos últimos anos. Recentemente, o PSDB lançou uma ofensiva contra o movimento sindical e às lideranças petistas. Multou várias vezes a Apeoesp e investiu contra as Centrais Sindicais que realizaram o encontro com a candidata do PT à Presidência da República e o candidato do PT ao governo do estado no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Da mesma forma, recorreu ao TSE sob a mesma alegação de campanha eleitoral antecipada.

Os partidos eleitorais vivem em permanentes campanhas para arregimentar votos, é assim com o PSDB, DEM, PMDB, PT e outros. O que o PSDB e DEM fizeram foi usar o fato dos petistas, que dirigem a Apeoesp, procurarem no momento da greve desgastar o candidato Serra. Lamentavelmente, as direções sindicais não se colocam por organizar a resistência dos trabalhadores para pôr abaixo as leis anti-greve e os julgamentos tendenciosos do TSE. Os professores devem rechaçar a repressão do estado sobre o sindicato e as multas. E exigir que a Apeoesp faça uma campanha por:

Nenhum dinheiro de trabalhador para pagar multas aos partidos corruptos e seus governos.

Balanco do seminário da APEOC do dia nacional de paralisação

No dia 16 de abril, ocorreu na sede da APEOC um seminário com o tema “Piso e Carreira Andam Juntos”. A atividade fazia parte do “dia nacional pela implantação do Piso Nacional e readequação do PCCR organizado pela CNTE”.

A burocracia da APEOC (Penha/Articulação/PT, PCB e PC do B) vem passando a idéia de que o piso nacional de R\$ 1.312,84 no início de carreira seria uma grande conquista da educação básica. O piso defendido pelas direções da APEOC/SINDIUTE(Corrente O Trabalho)/CNTE é rebaixado, e ao mesmo tempo, desarma a luta dos professores diante dos governos de plantão no momento das campanhas salariais. O representante da CNTE chegou ao absurdo de justificar o valor aviltante devido à lei de responsabilidade fiscal, deixando notório que os professores podem ser desrespeitados, mas a lei de responsabilidade fiscal não.

Fraqueza da direção da greve

A Corrente Proletária fez um balanço da greve e divulgou suas posições em um folheto. Em um dos itens, mostra que o governo atacou a greve usando de dois argumentos: 1) o da greve política (eleitoral); 2) o baixo índice de adesão. Sobre a adesão, o movimento chegou a atingir 60% dos professores, logo na sua segunda semana. E o governo ficou temeroso com o avanço da greve em todo o estado. Em relação ao ataque de que a greve era política, explicamos que era possível combater essa ofensiva de Serra para desmoralizar o movimento. A utilização da alegação de “greve política” não era novidade. Ninguém foi pego de surpresa. Certamente que havia interesses eleitorais por trás da greve. Mas era possível combater o ataque do governo nos meios de comunicação com o instrumento da força coletiva da greve. Para isso, era necessário radicalizar os métodos da greve, potencializando ao máximo as paralisações das escolas, ganhando o apoio efetivo dos estudantes e pais, bloqueando diariamente as ruas e organizando as ocupações de prédios públicos. Foi o que ocorreu? Não. A direção não trabalhou para que o movimento usasse toda sua capacidade de combate. Ao contrário, depois da segunda semana, as propostas eram de culto religioso, doação de sangue, pedágio de distribuição de cartas e assembleias semanais.

Os grevistas não foram incorporados nos comandos diários de fechamento das escolas. Ficaram à mercê da campanha monstruosa de Serra contra os professores grevistas e da pressão dos diretores, que serviam de correia de transmissão das leis anti-greve. O movimento foi esmorecendo e o governo ampliando os ataques. O resultado da política da direção da Apeoesp foi o de aceitar a exigência do governo de suspensão da greve para que houvesse abertura de negociação.

Depois da suspensão, o Secretário da Educação recebeu a direção da Apeoesp, mas reafirmou a negação no atendimento das reivindicações. A reunião se limitou a discutir critérios para a reposição de aulas e descontos dos dias parados. O governo prometeu acatar alguns critérios para a reposição, porém publicou os mecanismos desconhecendo a reunião com a Apeoesp. Está aí por que dizemos que a derrota da greve se deveu aos métodos pacifistas da direção e à aceitação da exigência do governo de pôr fim ao movimento para depois negociar com o sindicato. Só pelego pode cair nessa armadilha.

Na verdade, o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do magistério estadual quase não há benefícios e pouca mobilidade, mas as únicas vantagens existentes são a mudança de nível e a progressão horizontal. Mas o interstício de 5% (Progressão Horizontal) que foi conquistado pela greve da categoria em 2006, enquanto se manteve os 5% na progressão na readequação do PCCR do Estado, os professores teriam algum benefício. O que devemos entender que somente o magistério do Estado do Ceará teria uma vantagem, por que nenhum outro Estado e municípios têm interstício de 5%. A criação da lei do piso só serviu apenas para os municípios extremamente pobres pagarem o valor nacional com a ajuda do governo federal. Além disso, não atende às reais necessidades vitais dos trabalhadores em educação. Vale salientar que no estado de Pernambuco houve redução nominal do salário dos

professores, onde a remuneração foi maquiada através de abono.

A direção da APEOC esconde da categoria que, se o governo Lula/PT quisesse fazer valer a lei deste piso de fome e quisesse que a lei fosse respeitada pelos estados e municípios, bastaria retalhá-la com os recursos caso não viessem a cumprir a lei. As burocracias sindicais qualificam como um grande feito realizado pelo caudilho Lula, porém, foi para projetar o governo burguês do PT/PMDB.

O POR fez a defesa do piso vital de R\$ 3.500,00 se opondo à miséria do piso defendido pela burocracia da CNTE/APEOC, em que outras categorias reivindicam um piso bem superior da educação. As colocações e denúncias da Corrente Proletária na Educação causou a fúria da direção pelega da APEOC contra o POR.

A proposta apresentada ao governo Cid/PSB/PT não foi construída pela base, pois não expressa os reais interesses dos professores. A APEOC tem insistido junto ao governo do Estado com uma formação de comissão entre governo e sindicato, para negociar a readequação do PCR atual. No entanto, até o presente

momento a direção da APEOC não realizou uma única assembleia para que a categoria possa tirar os representantes para tal comissão, como também para discutir os problemas da categoria e a campanha salarial de 2010.

Por fim, percebe-se que há um acordo tácito entre sindicato e governo do Estado em que só recebe a entidade para negociar se não houver assembleia e manifestação dos professores. Por que falamos isso? Porque a burocracia agiu com truculência na audiência pública e no seminário quando a base e a oposição questionavam por que até hoje não ocorreu uma única assembleia.

A Corrente Proletária na Educação/POR entende que, para arrancar as nossas reivindicações, se faz necessário que a categoria esteja mobilizada para impor as negociações diante das pretensões do governo Cid em retirar as últimas conquistas existentes. Para derrotar o governo do estado, os professores devem defender o programa proletário, a destruição do capitalismo e construir o socialismo pela revolução social.

Movimento

Operários da construção civil, contratados pela empresa - Consórcio Santo Antonio Civil- CSAC, se rebelam contra as condições de trabalho

Na madrugada do domingo, 18 de abril, e segunda feira, dia 19, os operários da usina Santo Antônio se manifestaram contra as condições de trabalho. No alojamento do canteiro de obras, protestaram pelo não atendimento de reivindicações elementares, como iluminação, assistência médica etc. Denunciaram a morte de operários nos alojamentos devido à falta de assistência e à não dispensa do trabalho aos doentes. Quando o socorro chega, já é tarde demais. Denunciaram, também, que operários apanham de encarregados de setor, como na época da escravidão.

Os operários, tomados pelo ódio contra a exploração, manifestaram-se quebrando vidraças, televisões, extintores de incêndio e ameaçaram queimar colchões.

Operários são demitidos, presos e perseguidos

Os patrões usam alguns operários para servir de delator. Criaram os encarregados de obra, recebendo salários diferenciados através de comissões. Delatam trabalhadores para a vigilância da empresa e para a polícia. Foi o que ocorreu com os operários da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira. Os vigilantes da empresa chamaram a polícia, que usou do gás de pimenta e escopetas com balas de borracha para conter a revolta dos operários. O resultado foi a demissão de 50 e a prisão de 4 trabalhadores.

Violenta exploração

As construtoras das usinas contratam trabalhadores de estados distantes. Muitos vêm iludidos com promessas de salários melhores e emprego. Quando chegam na usina, deparam com a exploração e as condições de escravidão.

Atraídos pelo emprego, os trabalhadores fazem dívidas em seus estados de origem para se deslocarem até Porto Velho. Muitos não conseguem ser cadastrados na empresa, que geralmente os mantém empregados, no máximo de 3 a 5 meses, e logo são substituídos por outra leva de operários que está à procura do emprego. Não por acaso, as revoltas têm crescido nos canteiros de obras.

CUT compareceu para apaziguar operários

Como sempre, a burocracia procura atenuar a fúria dos operários contra os patrões. Logo que ficou sabendo da manifestação na Usina de Santo Antônio, o presidente da CUT de Rondônia, Itamar Ferreira \ PT, procurou uma forma de apaziguar por meio de ações no Ministério Público do Trabalho – MPT. O MPT representa apenas mais um dos instrumentos do Estado, que busca uma suposta conciliação de classe entre patrões e empregados. Na verdade, é um instrumento de defesa da propriedade e do direito de exploração do trabalho.

A luta dos operários das usinas de Santo Antônio e Jirau é a mesma. A unidade dos trabalhadores e a ação direta contra a exploração são fundamentais para impor as reivindicações.

Novos protestos na Usina de Jirau

No dia 23, os operários paralisaram porque a Camargo Correa cortou ganhos salariais com a retirada de horas-extras. Os trabalhadores denunciaram que tinham sido contratados em outros estados com promessas de pagamento de horas-extras aos sábados a 60%. E domingos e feriados com adicional de 100%.

Chegou a burocracia do sindicato e da CUT. Aceitaram a proposta da empresa de suspensão da paralisação, retorno imediato ao trabalho e prazo de uma semana para negociar as reivindicações. Os burocratas sindicais, ao invés de negociar com os operários paralisados, desmobilizam e propõem que seja dada uma trégua ao patrão.

Os trabalhadores devem estar preparados para o retorno à greve. Sem a luta direta, as reivindicações não serão atendidas. É necessário que os operários mais firmes, conscientes e coletivos organizem-se como direção. Um importante passo é formar o comitê operário. Mas é decisivo construir o partido operário revolucionário. O partido é o principal instrumento da classe operária para combater a exploração do trabalho e luta pela sociedade sem classes – o comunismo.

Londrina – organizar o movimento estudantil sobre a base do programa

O Boletim da Corrente Proletária da Educação de Londrina é um importante instrumento de agitação e propaganda, para mobilizar, organizar e politizar. Expressa a política do proletariado no seio do movimento estudantil, das escolas e das universidades. A edição de abril faz a denúncia sobre a corrupção na Assembleia Legislativa Paranaense, desmascara os éticos da política burguesa e levanta a bandeira do Tribunal Popular. Convoca os estudantes a fortalecer o Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo. Demonstra a importância de retomar a luta pela moradia estudantil. O BI traz um artigo de análise da situação da UNE, controlada pelo estalinismo e pelo reformismo petista, expõe o erro do PSTU em dividi-la e propõe a formação de uma fração revolucionária. No chamado à reorganização do movimento estudantil afirma a política da classe operária:



Corrente Proletária na Educação

Ano VIII - ABR/2010

correnteproletaria@yahoo.com.br



Retomar a organização do Movimento Estudantil da UEL

O movimento estudantil da UEL ingressa no ano 2010 sem norte, sem identidade e sem uma diretoria do DCE eleita desde 2008.

Os desafios, no entanto são muitos: enfrentar a degradação da universidade pública, a crescente privatização, os ataques a sua autonomia e democracia internas, a redução de vagas na moradia estudantil, o alto custo das passagens de ônibus entre outros.

O contexto mais geral do ME nacional, contudo, conspira contra uma retomada vigorosa da organização e lutas unificadas dos estudantes, pois predo-

mina a divisão. Esta situação coloca os estudantes da UEL perante uma gigantesca tarefa de retomar sua organização e estruturar suas entidades representativas, e, principalmente, superar a divisão que só poderá favorecer o governo e os setores privatistas.

A Corrente Proletária/POR defende que esta unidade só será possível colocando a luta dos estudantes sob a direção da estratégia da classe operária, pois apenas a partir desta perspectiva é possível levantar consequentemente as bandeiras democráticas de defesa da educação para todos, autonomia universitária, assembleia geral estudantil, voto universal e estatização de todo o sistema privado de ensino.

USP: Todo apoio à ocupação da Coseas

Boletim da Corrente Proletária Estudantil na USP faz campanha de apoio à ocupação da Coseas por mais moradias e combate os ataques que alguns elementos têm feito contra o movimento e a organização dos estudantes moradores.

Critica as posições corporativistas e de conciliação com a burocracia universitária e chama a defender a autonomia dos estudantes sobre a moradia, que deve ser controlada pelo movimento estudantil.

Reproduzimos abaixo alguns trechos.



Todo apoio à ocupação da Coseas! Pelo controle das moradias pelo movimento estudantil! Rechaçar as tentativas de golpe contra a gestão Aroeira (Amorcrusp)!

A ocupação do térreo do bloco G do Conjunto Residencial da USP (Crusp) está de pé desde o dia 17 de março. Na verdade, trata-se de uma retomada, uma vez que o espaço, que era originalmente destinado a moradia, foi transformado em local de atendimento da Coseas (Coordenadoria de Assistência Social). A decisão de ocupar foi tomada em assembleia de moradores. A luta é por mais vagas na moradia, em defesa da autonomia dos moradores sobre os espaços e contra o sistema de vigilância da Coseas.

O que significa a reivindicação de autonomia sobre a moradia estudantil?

Esse tem sido um dos pontos mais polêmicos da pauta do movimento de retomada do térreo do bloco G, senão o mais polêmico. Existem muitos mitos a esse respeito, alguns difundidos propositadamente com o intuito de deslegitimar a mobilização. Na verdade, não há uma proposta fechada sobre o tema, somente alguns princípios elencados, embora muito importantes e com os quais estamos de acordo. Nossa corrente política tem um posicionamento a esse respeito e fazemos questão de divulgá-lo e discuti-lo.

Deve ser o conjunto do movimento estudantil da USP que deve decidir, por meio das assembleias e dos seus organismos, sobre a política de permanência, inclusive sobre a moradia. Esta é uma forma, que além de corresponder à necessidade de quebrar o corporativismo, serve ao interesse de expandir a mobilização, rompendo seu isolamento.

A Luta armada no Brasil (1960-1970)

Neste número iremos abordar as principais conclusões extraídas dos debates promovidos no curso de formação de quadros do POR, relativo à Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e Ação Popular (AP).

Sobre o ORM-POLOP, o documento político utilizado para o debate foi o *Programa Socialista para o Brasil: A Luta de Classes em Escala Internacional*, de setembro de 1967.

As conclusões que se chegou sobre a leitura do documento foram:

1. A caracterização da situação mundial: Ao assinalar que as duas guerras mundiais foram responsáveis pela crise mundial do capitalismo, o documento inverte a análise sobre as guerras imperialistas. Na realidade, as guerras são consequência da crise estrutural do modo de produção capitalista, sua crise de superprodução. A burguesia imperialista as utiliza para sair da crise, isto é, impõe a destruição em larga escala das forças produtivas.

2. Conceção sobre o mundo socialista: Evidencia as contradições existentes no mundo socialista, como seu processo de isolamento que levou a uma burocratização do Estado operário soviético e o abandono do internacionalismo. Mas acrescenta que, apesar das contradições há um denominador comum que é o fato de que todos são socialistas. No entanto, comum era o fato de que eles defendiam a tese do “socialismo em um só país”, de concepção stalinista.

3. Caracterização do Brasil: Possui uma formulação diferente da do PCB, de que a economia brasileira é feudal. Avança ao caracterizar que é uma economia industrial bloqueada pelo imperialismo e a existência do monopólio da terra. Sendo assim, a luta antilatifundiária e antiimperialista se transforma em luta anticapitalista, onde só cabe a revolução socialista. Esbarra ao considerar o Brasil um país subdesenvolvido, o que permite um desenvolvimento

posterior. Idéia falsa, pois o Brasil é um país semicolonial de economia atrasada, onde impera o desenvolvimento desigual e combinado.

4. Estratégia: O documento revela a concepção de governo de transição para a ditadura do proletariado. Diz corretamente que a consciência chegará a partir das lutas econômicas e políticas. Defende o governo dos trabalhadores, como uma caricatura do governo operário-camponês. O que, na realidade, se defende é um governo democrático-burguês, um governo provisório e de transição.

5. Tática (luta armada): Defende que a vanguarda operária vá para o campo para levar as experiências da cidade. Envereda-se pelo método foquista do guevarismo. Esta será um exemplo para os trabalhadores do campo e da cidade, que irão ao encontro da revolução. O foquismo se caracteriza pelo isolamento da vanguarda em armas das massas.

6. Partido: Neste caso, o partido revolucionário irá se formar a partir a ação empreendida pela vanguarda armada. Primeiro, se empreende a ação e, depois, se forma o partido. Assim, nega-se a concepção marxista-leninista de partido.

A **Ação Popular (AP)**, organização que surgiu em 1962 dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), definiu-se, neste período, como um “movimento político” e não como um “partido”. Comunga das idéias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Emanuel Mounier e do Padre Lebret. Em seu Documento-Base propõe-se lutar por uma sociedade justa, condenando tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes. No período Goulart, empenha-se nas lutas pelas Reformas de Base e após a ditadura militar sofre uma reorganização, onde caminha para a aceitação do marxismo. No entanto, não pôde compreendê-lo e aplicá-lo.

Em 1968 sofre a primeira cisão, origi-

nando o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Em 1971, aproxima-se do PCdoB e passa a se intitular Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (AP-ML).

Os documentos estudados para os debates são: *Documento-Base* (1963) e o *Programa Básico* (1971). Suas principais conclusões serão abordadas a seguir:

1. A AP, em seu início, avaliava que havia diferentes tipos e maneiras de socialismos no mundo. Sendo assim, concluía, era possível chegar ao socialismo de outras maneiras. A ausência de uma análise sólida sobre a situação dos países socialistas, ou seja, que as variantes do socialismo estavam vinculadas aos conflitos nacionalistas destes países. Que em nenhum momento sua direção rechaçou a teoria estalinista do “socialismo em um só país”. Desta forma, a AP negava os fundamentos do marxismo ao afirmar os vários socialismos.

2. A partir de 1971 assume uma concepção distinta da anterior, isto é, abraça o maoísmo como concepção revolucionária. Agora, existe apenas o socialismo maoísta e não vários socialismos. Defende que Mao elevou o marxismo a uma etapa superior: guerra popular prolongada, direção revolucionária camponesa e a uma nova concepção de democracia (democracia popular). Na verdade, a AP-ML transforma as particularidades da Revolução Chinesa em leis universais da revolução socialista.

3. O documento estabelece a divisão entre o programa mínimo (reivindicações elementares) e o programa máximo (socialismo). Isso assinala a presença marcante da concepção maoísta de que, para os países atrasados a etapa da revolução será democrática e popular.

4. Quanto à estratégia da revolução, colocam como único caminho possível a luta armada. A guerra popular prolongada, influência da Revolução Chinesa. O cerco da cidade pelo campo. A AP-ML acaba por assumir posições foquistas.

Nesta edição:

- Bolívia: Aplicação da Reforma Educacional e Destruição do Professorado
- Paraguai: Estado de Exceção, crise política e golpismo

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Bolívia – Enquanto o governo organiza com grande pompa a “Cúpula Mundial dos Povos Sobre as Alterações Climáticas”, os membros da comunidade Nor Lipez desmascaram a farsa, denunciando a pilhagem imperialista que destrói o meio ambiente tolerada pelo governo do MAS

A mina de San Cristobal, uma subsidiária da multinacional japonesa Sumitomo, opera a céu aberto a maior mina de prata, chumbo e zinco do país. Consome diária e gratuitamente 50 mil metros cúbicos de água, produz 1bilhão de dólares de lucro anual, com a exploração de minérios de zinco e prata, prata e chumbo e só paga ao Estado 35 milhões de dólares em impostos.

Esse é um típico exemplo de pilhagem imperialista dos recursos naturais e de destruição do meio ambiente, contra o qual, em nome dos direitos dos povos e da Pachamama, o governo montou um espetáculo internacional da Cúpula Mundial dos Povos sobre a Alteração do Clima.

A região do Nor Lipez (Potosi) é uma das mais pobres e atrasadas do país. A pobreza extrema dos seus camponeses contrasta com as enormes riquezas do solo, que são levadas pela empresa San Cristobal, um símbolo da pilhagem imperialista predatória. Os agricultores da região, que não sabem o que é eletricidade ou água encanada e esgoto, têm se rebelado e exigido tanto do governo nacional, como os dos departamentos, mais desenvolvimento. Eles tomaram a mina San Cristó-

bal, queimaram seus escritórios, bloquearam as estradas e impediram o tráfego internacional com o Chile.

A política de mineração do governo do MAS permite que as corporações multinacionais explorem sem restrições os recursos do país. Neste setor, a política “anti-neoliberal” do MAS (que consiste em que as multinacionais passem a ser “sócias” minoritárias do Estado), simplesmente não se aplica. Como um bom governo burguês, está sujeito aos interesses das corporações multinacionais.

O governo condenou imediatamente as medidas de prisão tomadas em Nor Lipez, que paralisaram as atividades da empresa de mineração San Cristobal. Anunciou medidas punitivas contra seus líderes e garantiu que a concessão de lavra para a empresa japonesa Sumitomo será cumprida na íntegra, tal como está previsto no Código de Mineração, enquanto este não se modificar e se adaptar à nova Constituição do Estado. A última observação foi uma tentativa de lavar as mãos.

A ação camponesa pôs em evidência as mentiras do governo.

Bolívia - Ensino

Ivan Villa se reuniu com diretores das unidades educacionais de Cochabamba e revelou os planos do governo para a Educação

Aplicação da Reforma Educacional e Destruição do Professorado

O vice-ministro Villa, por ocasião da realização da Cúpula Sobre o Aquecimento Global na cidade de Tiquipaya, reuniu as autoridades educacionais do Departamento, incluindo os diretores das unidades, justamente com a Federação dos Trabalhadores da Educação Urbana de Cochabamba e na presença dos dirigentes sindicais dos professores (tanto urbano, como rural). Com relação à Cúpula, disse que é uma atividade da ALBA e todos os professores identificados com o “processo de mudança” devem mobilizar “obrigatoriamente” os estudantes com bandeirinhas para receber as autoridades, que se comprometem estar presentes no evento e quem não cumprir a ordem será severamente punido.

O centro do seu discurso foi dedicado a anunciar que o governo está preparando a introdução da reforma educacional “Siñani – Pérez” para o mês de setembro, fato que acarretará “grandes mudanças” na educação. Observou que todos

os professores devem contribuir para o desenvolvimento dos novos conteúdos “interculturais” dos currículos; e os que participarem na produção de artigos e textos educacionais, serão recompensados financeiramente.

Ele também observou que o primeiro passo na formação dos professores será com os licenciados. E que abrirá um amplo programa para a formação de mestres e doutores. No futuro, o professor receberá um tratamento salarial de acordo com sua qualidade profissional. Foi muito explícito em apontar que a atual carreira educacional não prosseguirá e que os novos tempos de mudança exigem uma nova concepção na formação e no papel do professor. A formação dos licenciados ocorrerá no ensino normal, mas os professores que já estão empregados devem realizar seus mestrados e acesso a outros padrões profissionais. Para isso, o Estado conseguiu um grande financiamento internacional, que permitirá implantar cursos presen-

ciais, semipresenciais e até mesmo pela internet.

Os dirigentes governistas do Departamento ouviram impassíveis as bravatas da autoridade, dando a impressão que concordavam não apenas com a reforma da educação, como também com a destruição da Carreira Docente. Os burocratas traidores esquecem que os principais eixos do rechaço da reforma do Banco Mundial (Lei 1565) foi a rejeição da privatização da educação por meio da descentralização e a defesa intransigente dos professores, principalmente a carreira educacional.

Além do exposto, a descentralização do ensino no âmbito das Autonomias, consagrada na nova Constituição do Estado, o que o neoliberalismo fracassou no passado, devido à resistência da população e aos professores, é o programa que o governo do MAS pretende aplicar integralmente. A decisão da reforma da educação é apenas uma réplica da reforma imperialista que ainda está em vigor. Os fundamentos e objetivos de ambas as reformas derivam da mesma matriz ideológica pós-

Paraguai: Estado de Exceção, crise política e golpismo

O Congresso aprovou e o presidente sancionou no início desta semana o Estado de Exceção em cinco departamentos (divisão política do território paraguaio) do país. Isto permitirá a intervenção direta das forças armadas na repressão política e a suspensão das garantias democráticas. A medida foi tomada sob a pressão da oposição ao presidente Lugo, que o acusa de cumplicidade com o EPP (Exército do Povo Paraguauio), grupo foquista a quem se atribui uma série (não comprovada) de sequestros e assassinatos e de vinculação às FARCS colombianas.

Em janeiro deste ano, o EPP havia liberado um fazendeiro sequestrado por 94 dias, após um resgate em dinheiro e distribuição de carne à população, exigidas pelos foquistas. Naquela ocasião, a oposição já havia ameaçado Lugo com o impeachment, e, caso o latifundiário não sobrevivesse ao sequestro, certamente poderia ter caído. A aliança que levou Lugo a derrotar a candidata do partido colorado, logo se desfez e o presidente depende cada vez mais do apoio dos partidos opositores, o que torna o seu governo mais frágil ainda.

Na base da atual crise política está a não correspondência entre as oligarquias político-criminosas constituídas durante a ditadura de Stroessner, que continuam no comando dos principais negócios do país e o grupo que ocupa o Palácio de López.

Como em qualquer democracia burguesa, o apoio que se manifestou na votação que o elegeu não garante a Lugo condições de governar. O controle do Estado serve para centralizar a burguesia na sua função de explorar as massas. Quando um governo não consegue cumprir esta função, abre-se uma crise política, pois entra em choque com as necessidades não atendidas. O golpismo, nestes casos, coloca-se como alternativa.

O golpismo militar aberto, entretanto, não deslanchou no Paraguai depois da deposição de Stroessner em 1989, devido à oposição dos Estados Unidos e do Brasil, forças políticas decisivas no raquítico estado paraguaio. O mais famoso golpista – o general Lino Oviedo – fracassou repetidas vezes nas suas tentativas de acaudilhar uma mudança ao estilo mais tradicional. Dirige hoje um dos partidos opositores e é parlamentar.

Mas, se o golpismo não pode assumir a forma aberta de uma quartelada, não significa que não se manifeste mediante os partidos que controlam o parlamento e desde lá também

modernista, que é a expressão mais reacionária da decadência do sistema social capitalista e seu destino é destruir não só os professores e conquistas, mas a educação como um todo.

Inicia-se um novo processo político que se caracteriza pela remoção de grande parte da classe média e do movimento operário do controle do oficialismo, os professores devem se soldar a este processo para organizar uma mobilização popular em defesa da educação. As ações desempenhadas pelos professores urbanos de La Paz, exigindo um amplo programa educacional, econômico e social, devem ter repercussões profundas para o restante do magistério nacional e para os demais trabalhadores do país. Quanto mais se aprofundar o divórcio das massas do controle oficialista, mais fácil será derrotar os destruidores da educação e das conquistas sociais dos trabalhadores.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano nº 2168 de 23/04/2010)

conspirem para derrubar Fernando Lugo. Aproveitando o agravamento da opressão social sobre os camponeses e sem terras – que explica inclusive as ações do EPP – a oposição identifica o ex-bispo com os setores que combatem a opressão.

Vários departamentos em que foi decretado o Estado de Exceção, predominam o latifúndio e a propriedade de brasileiros com quem os sem-terra têm se enfrentado nos últimos anos. Há que lembrar que Lugo se elegeu prometendo reforma agrária e soberania energética (renegociar o tratado de Itaipu). Como nada disso pôde fazer, a cada dia enfrenta o crescimento da oposição de seus ex-apoiadores.

O episódio que deflagrou o Estado de Exceção foi a morte de quatro pessoas perto de uma fazenda no norte do país. Pouco importa se foi o não pelo EPP. Na medida em que desde janeiro deste ano fracassaram as tentativas de capturar dirigentes do EPP escondidos nos bosques do norte, avoluma-se a propaganda opositora de que Lugo seria cúmplice dos foquistas. A imprensa amplifica o evento mais banal para pressionar o presidente a tomar medidas de exceção de modo a, de um lado, aliviar a pressão e, de outro, instrumentalizar-se para a ação repressiva do terrorismo de Estado.

É contra isso que os organismos de direitos humanos e partidos de esquerda reclamam, mas são impotentes para fazer qualquer ação efetiva. No seu submetimento ao “estado democrático de direito”, chegam a reclamar que a medida extrema irá prejudicar a “imagem” do presidente como alguém vinculado à esquerda. E quando ministros de Lugo “justificam” a truculência das forças repressivas pelo fato de terem sido formadas durante a ditadura de Stroessner, estes esquerdistas se mostram compreensíveis.

A oposição burguesa, no entanto, não se satisfaz com o Estado de Exceção, quer mais sangue. O jornal ABC Color, por exemplo, acusa o governo de provocar a decretação do Estado de Exceção apenas para permitir que os foquistas se refugiam, eventualmente – se não forem mortos – no exílio, e saiam do país vivos.

O governo Lugo, como se vê, só tem a opção de abandonar de vez toda demagogia esquerdizante e pseudo-nacionalista e apresentar-se como um completo agente da burguesia contra as massas trabalhadoras.